

Legislações Federais, Estaduais e da Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo (SES – SP) acerca da Política de Arquivos, Gestão Documental e Acesso à Informação

- Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA e SubCADAs;
 - Serviço de Informações ao Cidadão – SIC;
 - Programas de implantação de Sistemas de Gestão de Documentos Digitais;
 - Demais servidores e colaboradores da Secretaria de Estado da Saúde;
- **Resolução SS – 136**, de 14 de junho de 2024, **que dispõe sobre a reorganização da Comissão de Avaliação de Documentos e Acesso – CADA, e dá providências correlatas;**

<https://www.doe.sp.gov.br/executivo/secretaria-da-saude/resolucao-ss-n-136-de-14-de-junho-de-2024-2024061411361220383197>

Relação de Atos Normativos divididos por 4 (quatro) tópicos:

Parâmetros legais gerais para gestão de documentos e acesso à informação;

Parâmetros legais específicos para realização de eliminação de documentos em suporte físico;

Parâmetros legais específicos para gestão de documentos digitais: digitalizados e natodigitais;

Parâmetros legais específicos para acesso e restrição de acesso a dados e informações;

Alguns Atos Normativos, dependendo de seu conteúdo ou redação, podem aparecer em mais de um tópico.

PARÂMETROS LEGAIS GERAIS PARA GESTÃO DE DOCUMENTOS E ACESSO À INFORMAÇÃO

- Constituição da República Federativa do Brasil:

Título VIII, Ordem Social [...]; Capítulo III; Da Educação, da Cultura e do Desporto [...]; Seção II; Da Cultura; Artigo 216.

§ 2º - Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão documental governamental e as providências para franquear sua consulta os quantos dela necessitem;

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>

- Lei Federal de Arquivos nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, **que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências;**

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm

- Lei Federal nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, **que institui a declaração de direitos de liberdade econômica – Arts. 3º e 10º;**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm#:~:text=Art.,IV%20do%20caput%20do%20art.

- Decreto Estadual nº 22.789, de 19 de outubro de 1984, **que institui o sistema de arquivos do Estado de São Paulo – SAESP;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1984/decreto-22789-19.10.1984.html>

- Decreto Estadual nº 29.838, de 18 de abril de 1989, **que dispõe sobre a constituição da Comissão de Avaliação de Documentos de Arquivo nas Secretarias de Estado e dá outras providências;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1989/decreto-29838-18.04.1989.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20constitui%C3%A7%C3%A3o%20de,as%20disposi%C3%A7%C3%B5es%20do%20Decreto%20n.>

- Decreto Estadual nº 48.897, de 27 de agosto de 2004, **que dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, definem normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48897-27.08.2004.html>

- Decreto Estadual nº 60.334, de 03 de abril de 2014, **que aprova o Manual de Normas e Procedimentos de Protocolo para a Administração Pública do Estado de São Paulo;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2014/decreto-60334-03.04.2014.pdf>

- **Decreto Estadual nº 63.382**, de 9 de maio de 2018, **que dispõe sobre atualização do PCTTD – Meio (instituído pelo anterior Decreto Estadual nº 48.898, de 27 de agosto de 2004);**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2018/decreto-63382-09.05.2018.html>

- **Portaria UAPESP/SAESP 1**, de 4-12-2018, **que dispõe sobre diretrizes para a contratação de serviços arquivísticos visando à execução de atividades técnicas auxiliares.**

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/104_Portaria_UAPESPSAESP_1_de_04_12_2018.pdf

- **Resolução SS - 86**, de 16 de setembro de 2019, **homologa o Plano de Classificação, o Índice Remissivo e Permutado e a Tabela-Fim da Secretaria de Estado da Saúde (PCTTD-FIM) e dá providências correlatas;**

https://ses.sp.bvs.br/wp-content/uploads/2021/09/E_R-SS-86_160919.pdf

- **Resolução SS - 118**, de 11 de agosto de 2020, **homologa a atualização do Plano de Classificação, o Índice Remissivo e Permutado e a Tabela-Fim da Secretaria de Estado da Saúde (PCTTD-FIM) e dá providências correlatas;**

https://www.imprensaoficial.com.br/DO/BuscaDO2001Documento_11_4.aspx?link=%2f2020%2fexecutivo%2520secao%2520i%2fagosto%2f12%2fpag_0031_46ee5404c35077c3ecac7c617d61b596.pdf&pagina=31&data=12/08/2020&caderno=Executivo%20I&paginaordenacao=100031

- **Resolução SS – 109**, de 25 de agosto de 2022, **que homologa a atualização do Plano de Classificação, o Índice Remissivo e Permutado e a Tabela – Fim da Secretaria de Estado de Saúde (PCTTD-FIM) e dá providências correlatas;**

<https://saude.sp.gov.br/legislacao/informe-eletronico-de-legislacao-em-saude/acessar-os-informes-eletronicos/2022-2/maio/informe-eletronico-de-legislacao-em-saude-no-99-26-05-2022/>

PARÂMETROS LEGAIS ESPECÍFICOS PARA REALIZAÇÃO DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS EM SUPORTE FÍSICO

- **Lei Estadual nº 14.470**, de 22 de junho de 2011 **que dispõe sobre a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual, na forma que especifica;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2011/lei-14470-22.06.2011.html#:~:text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20separa%C3%A7%C3%A3o%20dos,estadual%2C%20na%20forma%20que%20especifica>

- **Decreto Estadual nº 48.897**, de 27 de agosto de 2004, que **dispõe sobre os Arquivos Públicos, os documentos de arquivo e sua gestão, os Planos de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo, definem normas para a avaliação, guarda e eliminação de documentos de arquivo. SEÇÃO VI, Da eliminação de Documentos de Guarda Temporária, Arts. 24 ao 30;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2004/decreto-48897-27.08.2004.html>

- **Instrução Normativa APE/SAESP - 2**, de 2 de dezembro de 2010, **que estabelece critérios para a avaliação da massa documental acumulada e procedimentos para a eliminação, transferência e recolhimento de documentos à Unidade do Arquivo Público do Estado;**

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Instrucao_Normativa_APE_SAESP_2_de%202002_de_dezembro_de_2010.pdf

- **Instrução Normativa APE/SAESP-3**, de 14-9-2015, **que estabelece critérios complementares à Instrução Normativa APE/SAESP-2, de 2-12-2010, para o recolhimento de documentos à Unidade do Arquivo Público do Estado, visando a efetiva aplicação do Dec. Est. 60.145-2014**

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Instrucao_Normativa_APE-SAESP-14-10-2015.pdf

Portaria UAPESP/SAESP n. 7, de 21 de janeiro de 2022, **que orienta a destinação ao Fundo Especial de Despesa da Unidade do Arquivo Público do Estado - FEARQ de receitas decorrentes da alienação de aparas de papel e outros materiais resultantes da eliminação de documentos;**

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/legislacao/portaria_uapesp_saesp_7_de_21_1_2022.pdf

- **Portaria UAPESP/SAESP – 8**, de 28 de março de 2022, **que altera a Portaria UAPESP/SAESP – 7, de 21 de janeiro de 2022 que orienta a destinação ao Fundo Especial de Despesa da Unidade do Arquivo Público do Estado - FEARQ de receitas decorrentes da alienação de aparas de papel e outros materiais resultantes da eliminação de documentos;**

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/legislacao/Portaria%20UAPESP%20SAESP-%207%20de%202021.1.2022.pdf>

PARÂMETROS LEGAIS ESPECÍFICOS PARA GESTÃO DE DOCUMENTOS DIGITAIS: DIGITALIZADOS E NATO-DIGITAIS

- **Lei Federal nº 12.682**, de 09 de julho de 2012, **que dispõe sobre a elaboração e o arquivamento de documentos em meios eletromagnéticos – Art. 2º-A;**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12682.htm

- **Lei Federal nº 13.874**, de 20 de setembro de 2019, **que institui a declaração de direitos de liberdade econômica – inciso X do caput do art. 3º e art. 10º;**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13874.htm#:~:text=Art.,IV%20do%20caput%20do%20art.

- **Decreto Federal nº 10.278**, de 18 de março de 2020, **que regulamenta o disposto no inciso X do caput do art. 3º da Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, e no art. 2º-A da Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, para estabelecer a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais;**

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.278-de-18-de-marco-de-2020-248810105>

- **Decreto Estadual nº 67.641**, de 10 de abril de 2023, **que dispõe sobre o uso de meio eletrônico para a formalização de processo administrativo no âmbito da Administração Pública estadual, institui o Sistema Eletrônico de Informação do Estado de São Paulo – SEI/SP e dá providências correlatas;**

https://portal.sei.sp.gov.br/wp-content/uploads/2023/05/Decreto-n.-67.641_SEI-2.pdf

- **Instrução Normativa nº APE/SAESP – 01**, de 10 de março de 2009, **que estabelecem diretrizes e define procedimentos para a gestão, a preservação e o acesso contínuo aos documentos arquivísticos digitais da Administração Pública Estadual Direta e Indireta;**

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/Instrucao%20Normativa_10_3_2009.pdf

- **Portaria UAPESP/SAESP n. 4**, de 23 de novembro de 2020, **que substitui os Anexos I e II da Instrução Normativa APE/SAESP n. 1, de 10 de março de 2009 que definem os requisitos e metadados a serem adotados pelo ambiente digital de gestão documental (“Documentos Digitais”) do SP Sem Papel e por outros sistemas autorizados de gestão arquivística de documentos;**

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/legislacao/portaria_uapesp_saesp_4_de_23_11_2020.pdf

- **Portaria UAPESP/SAESP – 5**, de 05 de agosto de 2021 **que orienta os órgãos e entidades da Administração Pública Estadual sobre a digitalização de documentos públicos, a gestão e a preservação de seus representantes digitais para que produzamos os mesmos efeitos legais de documentos originais;**

http://diariooficial.imprensaoficial.com.br/doflash/prototipo/2021/Agosto/06/exec1/pdf/pg_0008.pdf

Portaria UAPESP/SAESP 1, de 4-12-2018, **que dispõe sobre diretrizes para a contratação de serviços arquivísticos visando à execução de atividades técnicas auxiliares. Alíneas b e c do art. 1º;**

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/assets/legislacao/104_Portaria_UAPESPSAESP_1_de_04_12_2018.pdf

- **Portaria UAPESP/SAESP – 9**, de 18 de abril de 2022, **que acrescenta o ANEXO II à Portaria UAPESP/SAESP – 1, de 04 de dezembro de 2018, com as especificações técnicas para contratação de serviços de digitalização de documentos públicos estaduais;**

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/legislacao/portaria_uapesp_saesp_9_de_18_4_2022.pdf

- **Portaria UAPESP/SAESP – 10**, de 14 de dezembro de 2022, **que estabelece critérios e procedimentos complementares para a eliminação, transferência ou recolhimento de documentos digitais, produzidos e armazenados por órgãos e entidades integrantes do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo – SAESP;**

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/legislacao/portaria_uapesp_saesp_10_de_14_12_2022.pdf

- **Resolução SGGD – 15**, de 14 de setembro de 2023, **que Aprova o “Manual de Usuário”, a “Cartilha de Orientação”, o cronograma de implantação, mantém a produção e trâmite do serviço “Demandas” do Programa SP Sem Papel, regula a adm. setorial, o peticionamento eletrônico e o cadastro de usuários e SEI;**

https://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/legislacao/resolucao_sggd_15_de_14_09_2023.pdf

PARÂMETROS LEGAIS ESPECÍFICOS PARA ACESSO E RESTRIÇÃO DE ACESSO A DADOS E INFORMAÇÕES

- **Lei Federal de Acesso (Lei de Acesso à Informação - LAI) nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011, **que regula o disposto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II, do § 3º, do artigo 37 e no § 2º do artigo 216 da Constituição Federal;**

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm

- **Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, nº 13.709**, de 14 de agosto de 2018, **que dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965 de 23 de abril de 2014 (Marco Civil da Internet);**

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm

- **Decreto Estadual nº 64.790**, de 13 de fevereiro de 2020, **que institui a Central de Dados do Estado de São Paulo – CDESP, a Plataforma Única de Acesso – PUA e o Comitê Gestor de Governança de Dados e Informações do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-64790-13.02.2020.html>

- **Decreto Estadual nº 65.347**, de 09 de dezembro de 2020, **que dispõe sobre a aplicação da Lei federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), no âmbito do Estado de São Paulo;**

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2020/decreto-65347-09.12.2020.html>

Decreto Estadual nº 68.155, de 09 de dezembro de 2023, **que regulamenta no âmbito estadual, a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso às informações e dá outras providências** (substitui o Decreto Estadual n. 58.052, de 16 de maio de 2012);

<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2023/decreto-68155-09.12.2023.html>

- **Resolução CGE – 17**, de 21 de novembro de 2024, **que estabelece procedimentos para o exercício das atividades das Unidades Setoriais do Sistema de Ouvidoria do Poder Executivo e dos Serviços de Informação ao Cidadão dos órgãos e entidades da Administração Pública estadual, nos termos dos Decretos nº 68.155; nº 68.156; e nº 68.157, todos de 9 de dezembro de 2023, e dá outras providências correlatas. Seção VI, Das informações Classificadas em Grau de Sigilo, arts. 70 ao 72;**

<https://admin.sggd.sp.gov.br/dx/api/dam/v1/collections/2a01ba55-03b4-480d-a53b-0cf67a59886d/items/a93adc4a-4979-4758-a19d-b676d6261d6f/renditions/1d2abe60-0edb-439e-8fb7-941124e11b91?binary=true>

- **Resolução SS – 64**, de 08 de agosto de 2017, **que dispõe sobre classificação de documentos, dados e informações sigilosas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde;**

https://ses.sp.bvs.br/e_r-ss-64_080817-2/

- **Resolução SS – 169**, de 11 de julho de 2024, **dispõe sobre a organização do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) no âmbito da Secretaria da Saúde do Estado de São Paulo e dá as providências correlatas;**

<https://www.doe.sp.gov.br/executivo/secretaria-da-saude/resolucao-ss-n-169-de-11-de-julho-de-2024-2024071111361220441381>

- **Resolução SGGD – 5**, de 24 de fevereiro de 2025, que solicita a adequação dos sistemas e ambientes tecnológicos da Administração Pública Estadual às disposições da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD

https://www.google.com/search?q=Resolu%C3%A7%C3%A3o+SGGD+%E2%80%93+5%2C+de+24+de+fevereiro+de+2025&rlz=1C1GCEU_pt-BRBR914BR914&oq=Resolu%C3%A7%C3%A3o+SGGD+%E2%80%93+5%2C+de+24+de+fevereiro+de+2025&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQABjvBTIHCAIQABjvBTIHCAQQABjvBdIBBzY3N2owajeoAgiwAgHxBXOwjvLb3n_L&sourceid=chrome&ie=UTF-8

Publicações e referências bibliográficas:

“Política Pública de Arquivos e Gestão Documental do Estado de São Paulo”, São Paulo: Arquivo Público do Estado/Secretaria de Orçamento e Gestão, 2022, São Paulo, SP, 3ª edição, 404 pp.

Sites:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/institucional/legislacao>

<https://www.imprensaoficial.com.br/#04/10/2019>